

## Ata nº 18/2020

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix e Sandro Drum. Registrou-se a ausência dos vereadores Gelso Soares de Brito e Teodoro Jair Dessbessel que apresentaram atestados. A Presidente solicitou à vereadora Isabel que secretariasse os trabalhos e que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente a secretária fez a leitura da Ata nº 17/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por todos os vereadores presentes. A secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 184/2020 – Encaminha Projetos de Lei nº 2626 e 2628/2020; e do Ofício do Poder Executivo nº 188/2020 – Encaminha Decreto Municipal nº 3080, de 27 de maio de 2020. A secretária fez a leitura da Indicação nº 21/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – PDT - Sugere ao Poder Executivo que envie para o Legislativo Municipal, Projeto de Lei que disponha sobre a inclusão dos doadores voluntários e sistemáticos de sangue e doadores voluntários de medula óssea nos grupos prioritários de vacinação gratuita contra os vírus de gripe, aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Segue anexo o modelo do projeto para que sirva de referência. A vereadora defendeu sua Indicação. A secretária fez a leitura da Indicação nº 22/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – PDT - Sugere ao Poder Executivo que, ao contratar empresa para nivelar as bocas de lobo na Avenida Pio XII, que esse serviço seja executado também em outras ruas que possuem asfalto e apresentam desníveis nas bocas de lobo, principalmente na Rua Veríssimo Pereira. A vereadora defendeu sua Indicação. A Presidente suspendeu a sessão por alguns minutos para uma reunião sobre os Projetos de Lei nº 2624 e 2627/2020. As

Comissões analisaram os respectivos Projetos e emitiram parecer favorável ao Projeto de Lei do Executivo nº 2624/2020, permanecendo baixado nas Comissões o Projeto de Lei do Executivo nº 2627/2020. Na sequência, a secretária fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 2624, de 14 de maio de 2020 – Autoriza a contratação emergencial temporária, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que foi posto em discussão, votação e aprovado por todos os vereadores presentes. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2616, de 26 de março de 2020 – Altera os arts. 13 e 24 da Lei Municipal 1.388/2005 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019 e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2619, de 24 de abril de 2020 – dispõe sob o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2622, de 14 de maio de 2020 – Cria a Coordenadoria Municipal da Mulher, com cargo em comissão de coordenadora, Fundo Municipal de Direitos da Mulher, Conselho Municipal de Direitos da Mulher e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2627, de 21 de maio de 2020 – Cria o Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares e de Educação Popular em Saúde (PMPICEPS) no âmbito do Município de Salto do Jacuí e dá outras providências. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2626, de 26 de maio de 2020 – Altera o artigo 194 da Lei Municipal 270/1990 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019; Projeto de Lei do Executivo nº 2628, de 26 de maio de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) e dá outras providências; e Projeto de Resolução nº 3, de 29 de maio de 2020 - Trata da aprovação das diárias e relatórios de viagens dos vereadores do

Poder Legislativo Municipal do período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020, e dá outras providências. Não houve Tribuna Parlamentar. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e dez minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: